

EDUCAÇÃO NA SAÚDE: CONTEXTO DE EMERGÊNCIA COMO CAMPO DE AÇÃO ESTRATÉGICA NA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE, A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE - PNEPS

Ricardo Burg Ceccim (apresentador)¹
Lisiane Bôer Possa²
Sharlene Goulart Rodrigues³

Eixo: Educação e Formação em Saúde

Resumo: O trabalho relatado é proveniente de uma pesquisa em análise de políticas com base na Teoria dos Campos, de Neil Fligstein, sobre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). O objetivo foi analisar as condições de possibilidade que deram emergência a esta política, apresentada ao país em 2003, e sua evolução, tornando-se um “campo” com força de “ação estratégica”. A metodologia adotada foi o estudo de caso, por se tratar da análise da atuação de indivíduos e de grupos na condução estatal nacional da política pública, na área da saúde, relativa à educação na saúde. Investigou-se, a partir da Teoria dos Campos de Ação Estratégica, o desenvolvimento da política pública, a historicidade da ação dos atores, a articulação dos envolvidos e seus processos de disputa, até o reconhecimento de evidências à emergência de um “campo” na cena da saúde coletiva e da educação nacional. As teorias de análise em políticas públicas informaram o delineamento das perguntas centrais da pesquisa, compondo o enquadramento do estudo. Verificou-se, na atuação dos atores dirigentes da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), no período da sua criação e da formulação da PNEPS, entre 2003 a 2007, a conformação de um “campo de ação estratégica” específico. Isto é, a criação da SGTES e a formulação de uma Política Nacional de Educação na Saúde que constituíram as condições para a emergência de um campo específico,

¹ Doutor em Psicologia Clínica, Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS, burgceccim@gmail.com

² Doutora em Sociologia, Bacharelado em Saúde Coletiva/UFRGS, lisianepossa@gmail.com

³ Mestre em Saúde Coletiva, Programa Pós-Graduação em Saúde Coletiva/UFRGS, sharlene.goulart@gmail.com



ANAIS

o da educação na saúde, na gestão política, com repercussão nos setores da saúde e da educação. A política de educação na saúde gerou planos e programas de formação e interação da política de saúde com as políticas de educação em serviço e integração com as instituições formadoras de educação profissional e educação superior, assim como com as entidades de educação popular em saúde. A Política se instaurou no contexto de criação da SGTES, no Ministério da Saúde, em 2003, e de formulação da PNEPS ao longo deste mesmo ano, culminando com sua publicação em fevereiro de 2004. A ação fazia parte do mandato constitucional do ordenamento da formação de recursos humanos da área, uma previsão brasileira constitucional ao Sistema Único de Saúde (SUS). Observa-se que essa ação do Estado reorganizou a área da educação de profissionais de saúde, em formação ou inseridos nos cenários do trabalho e terminou denominando um “campo”, hoje de defesa dos mais variados atores sociais e políticos interessados em um sistema universal de saúde. Da mesma forma que o sistema nacional de saúde no Brasil tem nome, Sistema Único de Saúde – SUS, a política nacional de educação na saúde ganhou nome: Educação Permanente em Saúde – EPS.

Palavras-chave: Educação na Saúde. Políticas Públicas. Educação Permanente em Saúde. Teoria dos campos de ação estratégica. Sistema Único de Saúde.